



DIOCESE DE NOVA IGUAÇU: POLÍTICAS SOCIOCULTURAIS IMPLANTADAS NO PERÍODO DE 1966 A 1995

■ SUELLEN SANTIAGO DOS REIS*

RESUMO

ESTE ARTIGO RESSALTA A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL MINISTRADA PELA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, OBSERVANDO ALGUNS DE SEUS EFEITOS NA VIDA COTIDIANA E NO ENGAJAMENTO DE SEUS AGENTES RELIGIOSOS DESTACANDO AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO TERRITÓRIO RELIGIOSO DA REFERIDA DIOCESE. BUSCA-SE, ASSIM, INICIALMENTE, APRESENTAR O PAPEL CARISMÁTICO DE DOM ADRIANO HYPÓLITO, BISPO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, E OS MOVIMENTOS POLÍTICO-RELIGIOSOS QUE MARCARAM SUA TRAJETÓRIA EM NOVA IGUAÇU. NO SEGUNDO MOMENTO SERÁ PRIVILEGIADO O PODER RELIGIOSO DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA E SUAS SUCESSIVAS ESTRATÉGIAS NO TEMPO E NO ESPAÇO NA BAIXADA FLUMINENSE, MARCANDO, ASSIM, A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO E DA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA BRASILEIRA.

PALAVRAS-CHAVES: DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, TERRITÓRIO RELIGIOSO, TERRITORIALIDADE RELIGIOSA, DOM ADRIANO HYPÓLITO, BAIXADA FLUMINENSE.

Nessa pesquisa, o objetivo primaz é interpretar as ações sociopolíticas e culturais desenvolvidas na diocese de Nova Iguaçu (RJ) e lideradas pelo bispo Dom Adriano Hypólito no período de 1966 a 1995. Nesse sentido, busca-se desvendar as estratégias utilizadas pela Igreja Católica, durante o regime militar, no processo de estruturação social e organização de seu território religioso, através da disseminação de suas territorialidades religiosas no tempo e no espaço da Baixada Fluminense. Nesse período, a diocese de Nova Iguaçu foi fundamental para o fortalecimento da sociedade civil através da organização das Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs) e do apoio oferecido aos movimentos populares que lutaram por uma ordem política democrática no Brasil. O amparo do bispo Dom Adriano Hypólito às atividades progressistas trouxeram significativas mudanças na relação da igreja com a sociedade. A implementação de ações políticas e educacionais voltadas para o beneficiamento das classes populares da estigmatizada Baixada Fluminense constitui exemplo concreto desse novo modo de agir da igreja.

É importante ressaltar que o território religioso da Diocese de Nova Iguaçu, no recorte temporal

analisado, é composto pelos seguintes municípios: Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, São João de Meriti, Paracambi e Japeri. Na segunda metade do século XX, em função de diversos contextos políticos e econômicos, essas áreas possuíam particularidades socioespaciais. Vejamos algumas: a população carente, principalmente aquelas que saíam da cidade do Rio de Janeiro ou do Nordeste do Brasil pelos mais diversos motivos, se abrigava em grande parte na localidade conhecida como Baixada Fluminense a qual foi, por muito tempo, reconhecida como sendo um local de intensa pobreza material e espiritual além da violência. Nessa região, a carência de políticas públicas estruturantes e de aparelho de cultura favoreceu nas comunidades católicas a construção de importantes espaços religiosos, como também de sociabilidade e trocas de saberes e fazeres.

A Diocese de Nova Iguaçu busca desde o início de sua fundação, em 1960, fornecer a seus membros uma formação sociopolítica centrada na perspectiva de um engajamento social. Tal busca se torna ainda mais intensa com a vinda de Dom Adriano Hypólito em 1966. Em outras palavras, verifica-se a necessidade de uma formação que ajude seus participantes a compreenderem a importância das ações dos cristãos no mundo do trabalho, da saúde e da educação (SILVA, 2007). Desse modo, a Igreja Católica tenta, de alguma forma, trazer avanços e fazer melhorias em seus territórios diocesanos por meio da conscientização política e social assim como da educação para as camadas mais populares que viviam na Baixada Fluminense. Para tanto, ela organiza em seu território religioso a gestão de inúmeras ações estratégicas de controle de pessoas e coisas.

Tal análise da dimensão religiosa do/no lugar, nessa pesquisa, torna-se relevante para os estudos da geografia, pois mostra como a relação entre política e religião interfere na vida social, atribuindo ao território religioso novo significado que o desvincula da esfera do econômico, levando-o para a esfera do simbólico. Nesse sentido, utilizaremos o eixo temático *religião, território e territorialidade* proposto por Rosendahl (2002) no estudo geográfico sobre religião, tomando o território religioso e sua territorialidade como ponto central de nossa análise. Através da abordagem geográfica poderemos, então, interpretar as ações políticas e culturais ocorridas na Diocese de Nova Iguaçu no período de 1966 a 1995, relacionando a estratégia religiosa impressa nesse período, o papel da igreja na sociedade iguaçuana e o líder religioso que esteve à frente dessas ações. A problemática da pesquisa consiste em entender o modo de apropriação dos territórios da Baixada Fluminense e as práticas desenvolvidas por dado grupo religioso para proteção e controle do mesmo. De acordo com Cardoso (2007, p.19), "aprender as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica na implantação da fé no território vem acompanhado da premência de se conhecerem as estratégias aplicadas". Busca-se, assim, o entendimento destas lógicas de importância ímpar na estruturação social de algumas áreas da Baixada Fluminense.

Para interpretarmos as estratégias organizadas pela diocese de Nova Iguaçu a fim de se apropriar de uma área significativa da Baixada Fluminense, transformando-a assim em localidade religiosa, é necessário compreendermos o contexto histórico, político e religioso pelo qual este espaço foi

cenário de tantos movimentos de cunho social e humanitário, muitos deles dirigidos e apoiados inicialmente pela Igreja Católica. Cumpre mencionar que esta pesquisa tomará como base a representação espacial estabelecida pela Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana (SEDEBREM) que divide a Baixada Fluminense em treze municípios, a saber: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica (OLIVEIRA, 2004).

O conceito de Baixada Fluminense é uma expressão polissêmica que depende do interesse dos pesquisadores, das instituições ou da escala analisada. A expressão pode assumir configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas. Segundo o dicionário Aurélio, baixada significa "planícies entre montanhas", já fluminense origina-se do latim *flumen*, que significa "rio". Essa denominação se aproxima da de "iguassu" que, na língua tupi, significa "muita água". Essa designação já era utilizada pelos nativos da região antes da chegada dos europeus (ALMEIDA, 2009). O cenário da Baixada Fluminense na primeira metade do século XIX remete-nos às grandes fazendas produtoras de bens alimentícios. Posteriormente, é implementada nessa região a citricultura (produção de laranja) na pretensão de valorizar a terra (TORRES, 2004). A partir da década de 1930, a região denominada Baixada Fluminense sofre intensa iniciativa por parte do governo federal para a melhor utilização e aproveitamento de seu território. Com isso, a região é destinada a se configurar como área periférica no sentido de prover o abastecimento

da capital federal, na época o Rio de Janeiro, principalmente com gêneros agrícolas. Em 1933, é formada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense objetivando a preparação do solo, ainda com grandes áreas de pântanos e portador de inúmeros focos de transmissão de doenças como a malária e a febre amarela (MONTEIRO, 2001).

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), este cenário rural vai gradativamente sendo descaracterizando. Abre-se, então, espaço para a construção de núcleos coloniais idealizados pelo Estado e para a criação de loteamentos de sítios e fazendas, que se revelam a melhor alternativa financeira frente às ruínas da citricultura e do passado agrário (MONTEIRO, 2001). Nas décadas de 1950 e 1960, a Baixada Fluminense sofre também grandes alterações no seu quadro populacional uma vez que alguns de seus municípios apresentaram crescimento demográfico acentuado devido ao processo migratório de diversas localidades do Brasil e do mundo (ALMEIDA, 2009). É importante destacar que as migrações para a região da Baixada Fluminense foram acompanhadas de uma fraca infraestrutura, revelando-se principalmente nos assentamentos desordenados. Os capitais privados, mediados pelo Estado, eram direcionados às zonas privilegiadas, onde o retorno financeiro ao capital investido era assegurado. As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX (Reforma Pereira Passos, 1902 – 1906) adequariam o centro do Rio de Janeiro à sua função de grande exportador de café e capital da nova elite cosmopolita, e a Baixada Fluminense à condição de uma excelente área para alocar a população pobre expulsa das áreas valorizadas,

resultado tanto das demolições de cortiços e “cabeça de porco”, como das proibições de ambulantes e mendigos no centro. O eixo segregacional Rio-Baixada é um dos principais efeitos da adoção de políticas controladoras e muitas vezes anti-distributivas que reforçaram ainda mais o padrão de distribuição espacial das classes sociais beneficiando principalmente a classe de maior poder aquisitivo. A adoção dessas políticas refletirá então no modelo dicotômico da futura metrópole: núcleos hipertrofiados e periferias cada vez mais pobres conforme a distância (ABREU, 1987). Relacionando as problematizações acima elaboradas com o panorama da Baixada Fluminense, observamos que essa apresentou inúmeras deficiências em sua infraestrutura urbana mediante o descaso do governo da esfera estadual e municipal e também da ineficiência de políticas públicas comprometedoras. Esses problemas latentes acabaram por estigmatizar a região como um local formado quase que predominantemente pela conjuntura da pobreza e da violência. Segundo Alves (2002), na década de 1970 inúmeros casos de assassinatos ocorridos na região à oeste da cidade do Rio de Janeiro fizeram com que esta parte do estado, composta por alguns municípios, passasse a ser definida como *Baixada Fluminense*. Todavia, a identificação estava voltada mais para o aspecto da violência do que para o geográfico. Entretanto, a Baixada Fluminense está para além das interpretações e lembranças depreciativas. Nessa localidade, principalmente no município de Nova Iguaçu, foi realizado um dos mais importantes movimentos de bairro do Estado do Rio de Janeiro que obteve um dinâmico crescimento e estabeleceu fortes laços com a Igreja

Católica. De acordo com Mainwaring (2004, p. 208),

Depois de 1974, os esforços limitados e dispersos da população local para obter melhores serviços urbanos foram gradualmente sendo transformados num dos mais conhecidos e mais bem organizados movimentos do Estado do Rio de Janeiro, e a Igreja Católica desempenhou um papel relevante nesse desenvolvimento. Através da legitimação de bispo, de militantes e lideranças católicas e da presença de uma base católica que fortaleceu o povo, (...).

Em meio a este universo de violência, de pobreza e de segregação, entre outros aspectos pelos quais o senso comum identifica a Baixada Fluminense, é que nasce a Diocese de Nova Iguaçu, sediado no município de Nova Iguaçu, criado em 26 de março de 1960 pela *Bula Quandoquidem Verbis* do Papa João XXIII. Esta igreja passa a ser “invocada por muitos como a idealizadora de uma organização eclesial voltada para a ação sociotransformadora com base em ‘comunidades’ de convívio e atividades ao mesmo tempo religiosas e sociopolíticas” (Assis 2008, p.92). Essas ações da Igreja podem ser decodificadas como estratégias que interligam religião, território e territorialidade com o objetivo de assegurar a vivência da fé, fortalecer as experiências religiosas coletivas e individuais e manter constantemente a vigilância dos fiéis.

No território materializam-se e interagem diversos elementos num determinado momento que o configuram não apenas pelas relações de poder que se fortalecem através das mediações

espaciais, mas também através das inúmeras riquezas imateriais que ali subsistem, como cultura, os valores individuais e de grupo e significados que lhe são atribuídos. A cultura tem um papel relevante na análise do território, pois ela apresenta-se como a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas, os quais passam a determinar a vida em grupo e dele fazer parte. A vida em comunidade pressupõe, portanto, contatos de enriquecimento mútuo, mesmo quando conflitantes (CLAVAL, 2001). Isso nos mostra que o vínculo territorial que se revela no espaço está empossado de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólico e afetivo.

De acordo Haesbaert (2006, p. 121), "o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica". Segundo esse mesmo autor, o território configura-se em um *espaço social* - espaço produzido, concebido em termos de relação e produção – e um *espaço simbólico* – vivenciado, de forte identidade simbólica – o que possibilita, em sua função simbólica, a criação de paisagens culturais e valorização (HAESBAERT, 1999). Com isso podemos afirmar que o território é um segmento do espaço delimitado e controlado por um determinado agente social, empresa, ou instituição – responsável pela gestão deste território. Além disso, também possui um conjunto de símbolos e significados que lhe conferem caráter político e também cultural.

A abordagem teórica dos estudos da Geografia da Religião tem no conceito de território um

grande espectro de possibilidade de discussão. Rosendahl (2005, p.193) ressalta que é importante interpretar o fenômeno religioso e suas interações com o homem e o território a partir de dois focos de análise: o sagrado e o profano.

Parte-se da revelação de que o território é dividido em lugares do cosmo – que estão profundamente compreendidos com o domínio do sagrado e, como tal, marcados por signos e significados – e em lugares de caos – que designam uma realidade não divina. O cosmo qualifica-se como território sagrado, enquanto o caos representa ausência de consagração, sendo um território profano, não religioso. (...). Essa questão abrange o conhecimento da religião como um sistema de símbolos sagrados e seus valores, envolvendo a produção, o consumo, o poder, as localizações e fluxos e os agentes sociais em suas dimensões econômicas, política e de lugar. Portanto, o território está presente em todas essas dimensões.

Percebe-se que, independente da interpretação do conceito e de seu agente gestor, a questão de poder qualificará de forma marcante o território. Um aspecto comum a todos esses enunciados é a existência de uma base material espacial sobre a qual se estabelecem inúmeras relações com e entre os indivíduos. O território configura-se não apenas pelo espaço e, sim, pelas relações de poder que operam em dada delimitação espacial. É a partir dessas relações entre os indivíduos que podemos compreender a territorialidade. Um território é composto por várias territorialidades. Esta última é uma palavra de espectro de significação intensa. É a totalidade das questões concretas e abstratas,

objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas. É fruto das relações econômicas, políticas e culturais e, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidades espaciais, paisagísticas e culturais, sendo a maneira pela qual o espaço e a sociedade estão interconectados. Nas contribuições de Sack (1986) a territorialidade será definida como "uma tentativa, por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e assegurando controle sobre a área geográfica". A territorialidade é, portanto, um atributo comportamental intrínseco ao indivíduo social e aos seus grupos sociais. Como já explanado, os territórios poderão ser regulados por diferentes agentes. Sendo assim, quando uma determinada localidade tem como órgão regulador a instituição religiosa, temos então um território religioso. Dentro dessa temática, Rosendahl (2005, p. 201) nos diz que os territórios religiosos são locais "demarcados, onde o acesso é controlado e nos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso". Diante dessa elucidação, temos como exemplos duas unidades territoriais da Igreja Católica Apostólica Romana as quais são analisadas nesse trabalho, a saber, as dioceses e as paróquias. Segundo Rosendahl (2005, p. 202), a diocese é evocada como território religioso "verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica.(...), constitui o espaço de aproximação entre o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle pastoral regional e as ações na escala do mundo". Ainda na concepção da pesquisadora, a paróquia é o território principal das comunidades locais e "deve ser reconhecida como o território onde se

dá o controle do cotidiano porque ela está na escala da convivência humana – lugar de aproximação entre o local, o regional e o universal" (Rosendahl 2005, p. 203). Dessa maneira, o território beneficia não só as práticas e devoções da fé, como também a identidade religiosa, e tal realidade pode acontecer tanto na paróquia – numa escala de vivência, de lugar – quanto na diocese na qual atuação é mais abrangente – regional.

Todas essas ações estratégicas, movimentos internos e externos formam o corpo da igreja dando-lhe existência, condicionando estilos de vida, contribuindo para a formação de um conjunto de ações sociais que irão destacar o posicionamento da igreja em relação ao governo e à sociedade de um modo geral, revelando, assim, as relações de poder que se estabelecem em uma determinada localidade.

O estudo da territorialidade religiosa aponta para a importância do reconhecimento acerca das estratégias de ocupação da Igreja Católica em uma parte estimável da Baixada Fluminense, especificamente no município de Nova Iguaçu que apresenta considerável importância na Área Metropolitana do Rio de Janeiro. As territorialidades religiosas adotadas foram estrategicamente implementadas com o objetivo maior de assegurar a manutenção da religião católica no referido recorte espacial, comprovando assim a influência da Igreja Católica na dinâmica da organização territorial religiosa e social a partir da criação de movimentos populares ligados à Teologia da Libertação¹. Uma das características marcantes dessa igreja, dentro do recorte temporal analisado, é o comprometimento em se aproximar dos pobres, em compartilhar do seu sofrimento e

das suas alegrias de maneira mais profunda. As ações populares da Diocese de Nova Iguaçu, no período de 1966 a 1995, foram lideradas pelo bispo Dom Adriano Hypólito e contribuíram de maneira relevante para a estruturação social da comunidade e da igreja. Havia uma ênfase na união dos membros dos grupos católicos com as comunidades que estavam mais distantes da esfera religiosa, e essa prática tinha como um dos objetivos discutir os problemas sociais, os valores religiosos e não religiosos e a cultura. Essas ações classificaram essa igreja, por um determinado tempo, como *Igreja Popular*. Como nos diz Mainwaring (2004, p. 234-235) "A Igreja popular enfatiza o caráter dialético das relações de aprendizado e a capacidade de todos. (...), resalta a sabedoria do povo manifestado nas técnicas da sobrevivência cotidiana diante da opressão". A ação, a liderança e a catequese implantadas por Dom Adriano Hypólito foram significativas tanto para a igreja quanto para a população local. Suas atitudes e suas atuações podem ser qualificadas como manifestações de um líder carismático, e Dom Adriano foi um sacerdote carismático que pertencia a uma instituição religiosa e possuía um cargo. Segundo Weber (1991), a principal característica do *carisma* é o ser extraordinário. A vida religiosa e política de Dom Adriano na Baixada Fluminense iniciou em 1966, quando foi transferido da cidade de Salvador, Bahia, onde era bispo auxiliar, para a Diocese de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Logo ao tomar posse do cargo, no dia 6 de novembro, neste mesmo ano, criou o Conselho Presbiterial². Dois anos após sua posse (1968), foi criado o Movimento de Integração Comunitária (MIC), que pode ser considerado

como a primeira resposta possível aos problemas sociais da área da diocese. Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelo Movimento de Integração Comunitária foram os Clubes das Mães: grupos de mulheres que aprendiam e ensinavam vários trabalhos manuais e que refletiam sobre cidadania. Essas ações também foram respostas aos problemas sociais da Baixada Fluminense (SILVA, 2007). A mulher recebia ensinamentos religiosos e os passava no lar para os filhos. Tal estratégia, bastante antiga, apresentava bons resultados (ROSENDAHL, 2009).

No início da década de 1970, Dom Adriano contrata pesquisadores para fazer um levantamento estatístico sobre a quantidade dos centros de candomblé, das igrejas evangélicas, dos centros espíritas para assim compreender melhor a realidade da localidade e programar suas ações estratégicas. A pesquisa transformou-se em Tese Pastoral, norteando assim todas as atuações da Diocese de Nova Iguaçu no sentido de domínio dos fiéis. Em 1975, foi criado em Nova Iguaçu, com o apoio da Diocese, o Movimento Amigos do Bairro³, que teve grande influência na organização do movimento popular na Baixada Fluminense, a religião sendo uma dimensão social do/ no lugar.(MAINWARING, 2004). Em 1977 é criada a Comissão Social da Terra que se empenhava em defender a posse de terra feita por uma considerável parte da população. Ainda na década de 1970, cria-se a Comissão de Justiça e Paz com o intuito de minimizar as ações dos grupos de extermínio e sua atuação na localidade. A religião e sua dimensão política no lugar promovem mudanças que acabam por fortalecer sua gestão. Dez anos depois de assumir a Igreja de Nova Iguaçu,

Dom Adriano é sequestrado, torturado, abandonado e despedido. De 22 de setembro de 1976, quando ocorreu o sequestro, até hoje, ninguém foi oficialmente identificado ou processado pela violência, embora algumas denúncias apontam como responsável o tenente-coronel José Ribamar Zamith, do Exército (SILVA, 2007). Mesmo com toda esta represália, Dom Adriano permaneceu com sua atuação no lugar transformando suas experiências em reflexões de fé e vida.

A Diocese de Nova Iguaçu desenvolveu inúmeras ações sociopolíticas articuladas na *fé e vida, fé e política*. O intuito era fortalecer os cidadãos religiosos ou não em sua formação político-social voltada à reivindicação dos direitos à moradia, transporte, saneamento básico e educação. Entre as décadas de 1960 e 1970, juntamente com a efervescência da Teologia da Libertação, surgem as Comunidades Eclesiais de Base⁴ (CEBs) que passam a constituir um lugar de vivência e busca de soluções aos problemas da vida, reforçando ainda mais o engajamento social como forma de manifestação da fé. As CEBs "retomavam a mística dos cristãos destemidos que não temiam sacrificar-se pela boa causa" (Silva, 2007, p.5). Os movimentos populares surgiram com características novas, tentando superar o caráter reivindicatório. Tais movimentos foram organizados em torno da chamada ala progressista da Igreja Católica de Nova Iguaçu, que estava fortemente ligada à Teologia da Libertação. Fortalece-se, assim, uma política de *ser Igreja*, por meio da qual os leigos são protagonistas e os padres e freiras companheiros de luta diária. Entretanto, todas essas ações voltadas para ajudar os mais necessitados são vistas

por alguns grupos como ações comunistas, e Dom Adriano passa a ser então ameaçado. Em 1979, a Catedral de Santo Antônio e uma Igreja do Bairro da Prata, em Nova Iguaçu, apareceram pichadas com frases ofensivas a Dom Adriano. Um mês depois, em 20 de dezembro, uma bomba conhecida como "trotil", de uso exclusivo das Forças Armadas, explodiu no altar da Igreja de Santo Antônio de Jacutinga, a Catedral de Nova Iguaçu. O sacrário foi destruído e dois dos três operários que estavam na Igreja na hora da explosão ficaram feridos. Paralelamente, foi distribuído um manifesto contra o bispo e várias igrejas da localidade foram pichadas. No dia 30, pelo menos 10 mil pessoas participaram de uma procissão de desagravo a Jesus Cristo e de apoio a Dom Adriano, ao lado de vários bispos (RENOU, 1994). Nada disso intimidou o bispo de Nova Iguaçu, em sua caminhada ao lado do povo da Baixada, o que mostrava que havia uma força de luta na sociedade que ele personificava.

Durante a abertura do regime político do país, a Igreja Católica contribuiu para a democratização com ações que englobaram a defesa de direitos humanos, com as críticas aos abusos do regime autoritário e o forte apoio aos movimentos populares que contribuíram para o sucesso da volta da democracia. O fortalecimento da sociedade política não modificou inteiramente a função política da igreja. É bem verdade que as suas ações inovadoras foram de fundamental importância no período em que o Brasil era uma sociedade com regime militar autoritário. Entretanto, com o regime democrático a igreja se posiciona firme buscando um papel específico de atuação. A volta a democracia representava a conquista desejada e

como tal diminuiu o incentivo dos bispos em se envolver publicamente na política (MAINWARING, 2004).

Após 1980, o Vaticano tomou medida para limitar as mudanças teológicas na igreja brasileira. Um dos passos significativos foi a carta apostólica endereçada aos bispos brasileiros em dezembro de 1980 na qual a Santa Sé afirmava que a igreja não deveria se envolver em questões sociais em detrimento de sua função especificamente religiosa. Além disso, durante essa década, o papa vinha apoiando a linha pastoral tradicional de Dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro e líder dos neoconservadores (MAINWARING, 2004). O Vaticano optou essencialmente por uma estratégia de não entrar em confronto com a Igreja Católica do Brasil, tentando evitar o conflito, mas procurando impedir as mudanças progressistas. Uma de suas ações políticas foi a reorganização espacial dos territórios religiosos das dioceses. Tal evento ocorreu com a Diocese de Nova Iguaçu em 1980, cujo território religioso foi desmembrado dando origem a uma nova diocese na Baixada Fluminense. A criação de uma diocese envolve, muitas vezes, diversificadas e múltiplas situações. Neste caso, a Igreja acompanhou o aumento populacional da região e compreendeu a necessidade de expansão da rede diocesana como estratégia de atender a demanda religiosa. Também percebeu que, agindo dessa maneira, coibiria a expansão de outras doutrinas. Entretanto, esses não foram os únicos motivos para a criação de uma nova diocese na Baixada Fluminense, apesar da história oficial defender prioritariamente essas questões. Há outros processos ocorridos que complementam a nossa reflexão acerca da criação dessa nova

diocese - a diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti - que foi instituída a partir do desmembramento das dioceses de Petrópolis e Nova Iguaçu e criada em 11 de outubro de 1980. O crescimento demográfico e a urbanização geraram, de fato, uma forte demanda religiosa para a criação de uma nova diocese, fazendo com que os municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti passassem a fazer parte desta nova jurisdição religiosa. Todavia, acreditamos que essa ação do Vaticano em desmembrar o território religioso da diocese de Petrópolis e, principalmente, da diocese de Nova Iguaçu, teve como objetivo primaz o enfraquecimento do catolicismo de massa desenvolvido em São João de Meriti. Como sabemos os municípios que fazem parte do território religioso da diocese de Nova Iguaçu, representam, em sua maioria, áreas de forte efervescência social da periferia da cidade do Rio de Janeiro, atuando como referência das atividades populares desenvolvidas tanto pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) quanto pelas Pastorais Libertadoras e Organizações de Bairro. É importante ressaltar que essa decisão de desmembrar o território religioso da diocese de Nova Iguaçu tinha também como um dos objetivos "frear" as intervenções das pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) e do bispo Dom Adriano Hypólito, diminuindo assim o seu campo de atuação e sua liderança forte e representatividade no campo político-religioso da Baixada Fluminense. A estratégia era enfraquecer o campo religioso na divisão territorial para facilitar o controle e a implantação dos ideais do Vaticano. Através do desmembramento do território diocesano de Nova Iguaçu, o Vaticano conseguiu

diminuir a atuação e representatividade do bispo Dom Adriano Hypólito na localidade, mas não desarticulou as ações das pastorais e de outros agentes religiosos, que, através de suas atuações, buscavam garantir a dignidade e a esperança à população. É importante lembrar que essas ações são estratégias da igreja para entremear-se, com a sua doutrina e seus ensinamentos, nos vários setores da vida da população, proporcionando os mais diversos tipos de prestação de serviços – sejam eles religiosos ou não – para a comunidade local.

Portanto, a ligação entre expressão religiosa e classes sociais terá como consequência os diferentes tipos de comportamentos desenvolvidos pela igreja e personificará os diferentes tipos de prestações de serviços religiosos ligados a essa igreja. O caso da igreja diocesana de Nova Iguaçu, no que diz respeito ao seu engajamento e a suas atividades que foram desenvolvidas ao longo das décadas analisadas, pode ser considerado peculiar, pois através de suas práticas, que geraram um ativismo intenso, a igreja colocou em evidência a luta por políticas públicas que trouxessem melhorias para a população. Por manter um trabalho de formação sociopolítica, diferentes autores como Krischke e Mainwaring (1986) já apontaram a importância da diocese em ações de formação, mobilização e reivindicação de direitos sociais. Essa opção ocorreu na Diocese de Nova Iguaçu, mas não necessariamente em outras dioceses do Brasil.

Reconhecer o fenômeno religioso e seus significados conferidos no espaço torna-se importante para que o território religioso seja então compreendido em meio as preocupações com a materialização da fé e com as marcas responsáveis

por identificar e delimitar um certo território. Vimos que as territorialidades religiosas adotadas pela diocese de Nova Iguaçu ao longo dos anos, estrategicamente implementadas com o objetivo maior de assegurar a manutenção da religião no referido recorte espacial, foram direcionadas pelos impactos do contexto histórico-político em que a igreja viveu, adequando assim a realidade social à realidade religiosa, tornando essa instituição munida de um caráter ao mesmo tempo popular e singular. Essas são as marcas geográficas da diocese. O cenário da Baixada Fluminense, dentro desse recorte temporal, apresentou inúmeras deficiências em sua infraestrutura urbana mediante ao descaso do estado e da ineficiência de políticas públicas comprometedoras. Por causa desses problemas latentes, a mídia estigmatizou a região como o local de pobreza, violência e decadência humana. Neste universo de violência, de pobreza e de segregação, dentre outros aspectos que identificam a Baixada Fluminense, a Diocese de Nova Iguaçu foi o agente de transformação social, através da organização de atividades religiosas e sociopolíticas. Na Diocese de Nova Iguaçu, observamos a existência de uma Igreja progressista convivendo com uma instituição tradicional. A chegada à diocese, em 1966, de Dom Adriano, religioso de forte sensibilidade em relação à situação opressora em que vivia o povo brasileiro no período do autoritarismo militar, transformou-o em um agente espiritual singular e deu início a uma atuação de combate à opressão em um ambiente cujas ideias favorecem a criação das mudanças.

Os movimentos populares, por sua vez, buscavam potencializar as forças já existentes no coletivo e vivenciadas no cotidiano, nos pequenos movimentos e nos grupos organizados. Pensava-

se que a libertação seria conquistada pela consciência dos direitos que, sendo assim, viriam pela capacidade de lutar da população. Essa ideia foi defendida e implantada durante quase trinta anos pelo líder eclesialístico Dom Adriano Hypólito (SILVA, 2007). Enfim, esses inúmeros atos da instituição religiosa católica podem ser decodificadas como estratégias interligando religião, território e territorialidade, cujo objetivo consiste em assegurar a vivência da fé, fortalecer as experiências religiosas coletivas e individuais e manter constantemente a vigilância dos fiéis.

Mais uma vez é relevante ressaltar que Dom Adriano é invocado por muitos como idealizador e construtor de uma diocese voltada para a ação sociotransformadora com base em "comunidades" de convívio ao mesmo tempo religioso e sociopolítico. Não obstante, é possível encontrar opiniões que o consideram como propagador de uma visão unilateral de Igreja, ao "forçar" a opção dos fiéis para um estilo político de religião (ASSIS, 2008). Entretanto, um fato relevante considerado tanto por fiéis da diocese quanto de outras dioceses brasileiras ou estrangeiras, por representantes de movimentos sociais e políticos e mesmo pela imprensa geral, foi o posicionamento de Dom Adriano frente ao regime político-civil-militar que se impunha e que culminou com o seu sequestro seguido de tortura física e psicológica em 22 de setembro de 1976. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou, em outubro do mesmo ano, uma carta de esclarecimento à sociedade sobre, entre outros acontecimentos, o sequestro de Dom Adriano. Tal acontecimento marcou não somente a Igreja católica naquele período como diversas

organizações contrárias ao regime militar e, sobretudo, o imaginário dos membros da diocese de Nova Iguaçu e de outras dioceses. Várias instituições, movimentos e logradouros da Baixada Fluminense recebem seu nome como homenagem e reconhecimento. Dom Adriano veio a falecer em 10 de agosto de 1996.

Por fim, esse artigo buscou, de algum modo, interpretar as ações sociopolíticas e culturais na diocese de Nova Iguaçu no período de 1966 a 1995, relacionado as maneiras de apropriação dos territórios e as práticas desenvolvidas pelos principais grupos religiosos dessa igreja e reconhecendo as lógicas e estratégias adotadas pela Igreja Católica Apostólica Romana.

NOTAS

- * Pós-graduanda *lato sensu* em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro pela UERJ; Graduada em Geografia sob a orientação da Prf^a. Dr^a. Zeny Rosendahl pela UERJ. E mail: suellenreisuerj@yahoo.com.br
- ¹ Teologia da Libertação surge no processo de abertura desencadeado pelos documentos do Concílio Vaticano II. É uma tentativa de elaborar uma Teologia Católica com elementos próprios da experiência da Igreja Católica na América Latina. Possui como característica principal uma articulação entre a crença e a realidade social. (BOFF, 2001).
- ² É um conselho de padres que ocupam cargos de coordenação dentro da Diocese juntamente com o bispo diocesano. O nome presbiterial vem da palavra presbítero (padre).
- ³ O Movimento Amigos do Bairro é uma Federação de Associações de Bairros, que teve um papel decisivo na luta por saneamento básico, saúde e educação no município de Nova Iguaçu.
- ⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. De iniciativa religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base (BETTO, 1985).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- ALMEIDA, Tânia Maria S. Amaro de. A Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*. Edição Conjunta: Instituto Histó-

co Vereador Tomé Siqueira Barreto / Câmara Municipal de Duque de Caxias e Associação dos Amigos do Instituto Histórico. Duque de Caxias, ano 8, n. 9, 2009.

ALVES, José Cláudio. Violência e Religião: Repensando os conceitos a partir da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: *Revista Universidade Rural, Série Ciências Humanas*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 24 (1-2), p. 131-149, jan./jun. 2002.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. *Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOFF, C. e BOFF, L. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARDOSO, Karina Viana. A Igreja Católica no Estado de Santa Catarina e suas Territorialidades. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 21, 2007.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z. ; CORRÊA, R. L. (Orgs) *Manifestação da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Territórios alternativos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KRISCHKE, P. J. ; MAINWARING, S. (Orgs). *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*. Porto Alegre: L & PM / CEDEC, 1986.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil – 1916/ 1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense: identidade e transformações*. Estudos de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Distintas noções de Baixada Fluminense: a busca do entendimento da constituição política da região – apresentação otimista sobre o seu crescimento latente. In: _____. *Baixada Fluminense: Novos Estudos e Desafios*. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.

RENOU, Tereza das Graças. *A Diocese de Nova Iguaçu e a questão da educação e saúde nos movimentos sociais de 1970 a 1990*. 1994. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Educação. Niterói, 1994.

ROSENDAHL, Z. Espaço e Educação na Geografia Cultural. In: CAVALCANTE, Maria J. Maia (Org.). *Escolas e Culturas: Políticas, Tempos e Territórios de Ações Educacionais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. *Espaço e Religião: Uma Abordagem Geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2.ed., 2002.

_____. Território e Territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: _____. ; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: Temas Sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

SACK, R. D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, Sonia Ambrozino da. *Diocese de Nova Iguaçu: uma análise dos efeitos da formação sociopolítica na vida e no engajamento político de seus agentes*. 2007. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: A construção de uma história*. São João de Meriti, RJ: IPHAB, 2004.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

ABSTRACT

THIS ARTICLE IS YOR STRUCTURE ABOUT THE SOCIOPOLITICAL AND CULTURAL BY THE DIOCESE OF NOVA IGUAÇU, NOTING SOME OF ITS EFFECTS IN EVERYDAY LIFE AND RELIGIOUS COMMITMENT OF ITS AGENTS HIGHLIGHTING THE RELIGIOUS TRANSFORMATIONS ON TERRITORY OF THAT DIOCESE. THE AIM IS THUSINITIALLY PRESENT THE CHARISMATIC ROLE OF DON ADRIANO HYPÓLITO, BISHOP OF NOVA IGUAÇU, AND THE POLITICAL-RELIGIOUS MOVEMENTS THAT HAVE MARKED HIS CAREER. IN THE SECOND PHASES SHALL BE GIVEN TO RELIGIOUS POWER OF THE ROMAN CATHOLIC CHURCH AND ITS SUCCESSIVE STRATEGIES, IN TIME AND SPACE IN THE BAIXADA FLUMINENSE, MARKING THUS THE HISTORY OF THE CITY AND THE RELIGIOUS INSTITUTION IN BRAZIL.

KEYWORDS: DIOCESE OF NOVA IGUAÇU, TERRITORY RELIGIOUS, RELIGIOUS TERRITORIALITY, DON ADRIANO HYPÓLITO, BAIXADA FLUMINENSE.